

Conflitos de memória: contemporaneidade e regionalismo na narrativa hispano-americana¹

Rosane Cardoso²

Resumo: Este artigo se constitui em uma leitura sobre o regionalismo e sua complexidade na narrativa hispano-americana contemporânea, especialmente a andina peruana. O contexto literário focalizado se pauta pelo debate sobre a violência e a tentativa de compreender eventos traumáticos e reconstruí-los, através da memória e da subjetividade, contrapondo à memória oficial, ouvindo as vozes periféricas e discutindo os modos como são escutadas e registradas. Disso, surge um intrigante paradoxo entre o local e o global, entre o novo e o antigo, entre a denúncia e a necessidade de narrar os traumas resultantes do terror. A pergunta que se instaura é se o homem e o espaço que se transmutam pelo conflito e pelo contemporâneo produzem um efeito que se legitima como marca idiossincrática de uma região, em meio a um tempo que impõe a homogeneidade.

Palavras-chave: Regionalismo. Conflito. Memória. Narrativa peruana contemporânea.

Na primeira metade do século XX, a narrativa de cunho rural trouxe importantes representações sobre o espaço geográfico, os tipos étnicos, as paisagens e os costumes hispano-americanos, enfim, daquilo que se conhece mais amplamente como uma forma de identidade regionalista. Mas essa literatura foi denominada não só de regionalista, mas de indigenista, *criollista*, nativista, com pequenas distinções entre uma e outra, mas estabelecendo no não urbano seu objeto de análise. A interpretação, a partir de determinado espaço, chega ao seu ápice estético nos anos de 1960, com o conhecido *boom* da narrativa hispano-americana. No entanto, do ponto de vista contemporâneo, a relação entre regional e identidade torna-se problemática, embora o conceito desta nunca tenha sido simples. *Grosso modo*, a ideia de identidade regional está vinculada a

¹ Artigo adaptado do texto intitulado *Conflito, regionalismo e memória: reflexões sobre a narrativa hispano-americana contemporânea*, apresentado no *X Seminário Internacional de História da Literatura*, e encaminhado para Anais do evento, promovido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, de 04 a 06 de novembro de 2013. O presente artigo está totalmente revisto e ampliado, inclusive teoricamente e abordando outras obras literárias.

² Doutora em Letras. Atua na Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC e no Centro Universitário UNIVATES.

costumes, tradição, território. No entanto, atualizá-la pressupõe compreendê-la mais adequadamente como migrações e mobilidades, redes e fluxos, instantaneidades e fluidez (MORAES, 2006).

Este artigo traz algumas reflexões sobre os possíveis vínculos entre memória, violência e regionalismo na atual narrativa hispano-americana, especialmente a peruana, tendo em vista o *boom* de obras surgidas a partir dos anos de 1990 que problematizam conflitos internos recentes, ao mesmo tempo em que expõem uma região tremendamente complexa pela diversidade étnica e social. Assim como outros países latino-americanos, o Peru experimentou, durante mais de duas décadas, uma série de experiências traumáticas, agravadas por problemas seculares. Uma das mais marcantes, certamente, é o conflito armado entre Sendero Luminoso e as Forças Militares (1980-1992), seguida por outro estado de sedição, o fujimorismo.

Algumas perguntas guiam estas considerações. Primeiramente, o fato inegável que a narrativa sobre a violência recente, vale-se de narradores que, a um tempo, denunciam a barbárie e procuram entendê-la e, com isso, entender a si mesmo no mundo que, em alguns casos, pode ser considerado pós-apocalíptico. A recorrência à memória é fundamental nesse ponto. No caso do Peru, nem todos sentiram na pele o drama que abalou a serra. Nem todos quiseram ver o que se passava em Huanta ou Chungui, por exemplo. Assim, para saber, necessitam recorrer a outras memórias, a vozes periféricas, já que a história oficial não dá conta da compreensão do drama.

Compostos, fragmentariamente, os quadros que surgem dessas memórias levam a pensar em uma imagem de país – o que se aproximaria do viés regionalista. Porém, de imediato se percebe o quão redutor é pensar a região nessa linha, embora o mercado editorial tenha se apressado em vender a nova narrativa hispano-americana e, por consequência, a América Latina, como uma espécie de estética da violência, certamente em substituição ao “fenômeno exótico” dos anos do *boom*. Fugindo, pois, de simplismos que aproximem regionalismo de “cor local” ou estereótipos convenientes ao apelo mercadológico, propõe-se pensar o regionalismo como uma pergunta ante o contemporâneo.

Essa interrogação se justifica pelo que Ticona (2003) argumenta: diante do significativo escopo de obras que tematizam, a partir dos anos de 1990, os conflitos internos da literatura hispano-americana, fechar perspectivas é discutível, pois há um processo de hibridização estética e temática que fundamenta as obras. Vêm sendo abarcadas, concomitantemente, questões vinculadas à tradição, regionais e históricas, refletindo principalmente as evoluções econômicas e políticas do país. Como consequência da discussão sobre o conflito armado, também se tornaram temas

literários a tensão entre a costa e a serra, a diversidade étnica, as festas tradicionais. As regiões desconhecidas na literatura – ou mostradas, anteriormente, como exóticas –, vêm tomando vulto, não apenas porque determinado grupo de artistas se volta para essas realidades, mas também porque exigem visibilidade. No entanto, chamar de regionalismo o que marca, em parte, essa narrativa, passa por retomar as conceituações do gênero, desde seu sentido clássico.

Apesar de haver uma espécie de marco literário, nos anos de 1990, para esse tipo de narrativa, já na década de 1970 começaram a manifestarem-se, na cidade Cuzco, uma geração de escritores que constituem uma reconhecida voz andina. São eles Mario Guevara Paredes, Enrique Rosas Paravicino e Luis Nieto Degregori, autores que se definem, esteticamente, a partir da riqueza cultural que o sul andino peruano lhes permitiu conhecer.

Quando se discute, literariamente, o local frente ao global, percebe-se um instigante paradoxo. Mesmo que as obras se abram para um contexto cada vez mais amplo, a resistência se fará naturalmente, e essa resistência só poderá ser atingida pela localidade. É de onde vêm as interrogações aqui apresentadas, isto é, o quanto o local representa o regional; se o local/regional se constitui em determinado momento; e, neste caso, se a memória sobre determinado evento, tomada como elementar ao presente, é uma forma de regionalizar. Para Karl Schollhammer:

Em algumas obras atuais, a questão regional abre mão do interesse pelos costumes, pela tradição e pelas características etnográficas para se tornar um campo de tensão entre o campo e a cidade, entre a herança rural e o futuro apocalíptico das grandes metrópoles. (SCHOLLHAMMER, 2009: p. 78)

O regionalismo, conforme as perspectivas defendidas aqui, não se conforma mais em um lugar ou homem tipificados pelas necessidades de identificação para olhos externos. O homem que narra a sua região e cria personagens afinados com ela, tocando pontos nevrálgicos, parece mais interessado em reconhecer-se como parte de algo frente à crescente fragmentação contemporânea e aos não lugares. Ou seja, o movimento não é o de passar uma imagem, mas de recolher imagens, testemunhos, eventos, e com isso olhar o conjunto complexo que compõe cada lugar e situar-se, sabendo-se multifacetado. Pensando na cultura peruana e na atual narrativa, significa ser e apresentar o campesino ou o *criollo*, por exemplo, como fizeram os regionalismos realistas, mas também estar no problema, sentir-se como sujeito responsável pelas memórias do conflito.

As sequelas deixadas pela violência originaram na população a tendência a esquecer ou a ter dificuldade de racionalizar os fatos dolorosos do passado recente. Isso

é o que está em jogo: as memórias em disputa, memórias sobre o que passou e por que passou, sobre quem são os responsáveis e o que fazer para que jamais voltem a ocorrer as violações dos direitos humanos e o autoritarismo. Nesse sentido, vários estudos sobre os acontecimentos violentos da “Guerra sucia” encontram na literatura e na cultura, de um modo geral, uma possibilidade de compreender melhor o ocorrido e de trazer à tona discursos que diferem dos sentidos comuns e das ideologias hegemônicas, ao dar voz às vítimas do conflito, ocultadas pela elite.

Contudo, não se pode negar que há o desejo de chamar a atenção e em manter a identidade cultural do Andes, como claramente acenam as obras de Enrique Rosas Paravicino, por exemplo. O autor pauta seus textos justamente pelo choque entre o tradicional e o contemporâneo. Uma de suas principais obras, *El gran señor*, toma por objeto a peregrinação de El Señor de Qoyllurit’i, festa que mantém vivos os costumes do sul andino. Dela participam peregrinos, aventureiros, curiosos e grupos musicais e de dança. O evento é anual, acontecendo em meados de junho. Paravicino apresenta ao leitor as tradições que sobrevivem ao tempo, a despeito das radicais mudanças. O autor “aborda un simbolismo donde la fe define un sincretismo religioso entre lo pagano y la cristiandad” (AGUIRRE, 1996, p. 530):

Rosas Paravicino recrea el paisaje social y cultural de las estribaciones de la Cordillera Oriental, con un estilo introspectivo para describir las características psicológicas de los personajes que construye. El resultado motiva la reflexión necesaria sobre el viajero arquetípico, y su condición metafísica entre lo transitorio y lo inmutable, entre la destrucción y la salvación (AGUIRRE, 1996, p. 531).

As palavras de Aguirre apontam para as questões sobre as novas perspectivas regionalistas referentemente à tensão. Veja-se que o espaço e os costumes construídos pelo autor ultrapassam a si mesmos, pois validam o homem na sua interioridade e no impacto que a cultura e o retorno a um conhecimento ancestral se apresenta como necessidade de serem vivenciadas, tanto pelo indígena quanto pelo cidadão. O romance de Paravicino, porém, não se esquivava ao problema que se vem discutindo. Entremeadado à retomada do folclore andino, bem como a várias histórias que vão construindo o texto, durante o total envolvimento dos peregrinos e artistas à festa, grupos armados aparecem e se estabelece um conflito violento entre os fiéis e os invasores. Com isso, a vilania se amplia ao profanar o sagrado. Paravicino, em entrevista concedida a Velitta, em 2010, comenta sobre literatura e violência em seu país:

La guerra interna ha marcado a fuego vivo nuestra cultura en las últimas décadas. Y como parte de ello, la creación literaria, más específicamente la novelística, por su condición de género totalizador refleja y procesa de varias maneras el ciclo violento que la sociedad peruana vivió a fines del siglo XX.

Siempre un novelista aspira a comprender e interpretar su época. En ese afán, extrae la savia de su creación de la mata misma de los sucesos de su tiempo. Si la psiquis colectiva está tatuada de tragedia y dolor, es lógico que la novela peruana esté al nivel de ese estado de ánimo. *Rosa Cuchillo, Abril rojo, La hora azul, Retablo, La niña de nuestros ojos*, entre otras, son evidencias de que hay una nueva ruta avanzada en el género (PARAVICINO/VELITA, 2010).

Os escritores citados por Paravicino engendram obras de teor testemunhal sobre a violência no país. Os mais conhecidos, dentre eles, atualmente, são Alonso Cueto e Santiago Roncagliolo que, nas narrativas citadas, levam o leitor a investigar, com os protagonistas, a situação daqueles que sofreram com a guerrilha interna e suas consequências. Com isso denunciam, também, a marginalização do povo, composto basicamente por camponeses de origem indígena, massacrados, torturados e rapidamente esquecidos pelo governo e pelos terroristas. Sobretudo, destaca-se a rígida hierarquia social que permitiu que muitos pensassem o conflito como uma luta distante, mantendo-se confortavelmente à margem dos acontecimentos que, afinal, eram um problema envolvendo “terrucos”³.

Ainda assim, segundo Victor Vich (2009), o Peru contemporâneo, e mesmo a literatura que a denuncia⁴, recusa a assumir-se como uma sociedade pós-violência política e, por isso, como um grupo que precisa se reinventar depois do que vivenciou, pois não aparecem tentativas de reformular o que ocorre, pensar em modos de distribuir melhor as benesses entre os vários setores sociais, que considere a cidadania como um objetivo. Em outras palavras, mantém o sistema hierárquico usual. Para Vich, as memórias que prevalecem no coletivo são construídas a partir de documentos oficiais que estabelecem discursos de memória e de verdade estabelecidos pelas classes dominantes. “No saber”, “no escuchar” são frases que revelam o impacto da violência política na maneira que a nação peruana foi historicamente construída e imaginada. Dessa forma, as manipulações da memória passam a ser comandadas por processos ideológicos e são inseridas em expressões públicas de identidades e na (re)construção das memórias.

A elaboração da memória está relacionada com diferentes níveis – histórico, social, político, simbólico, cultural e pessoal – que se influenciam e se entrelaçam de maneira simultânea. Para a socióloga Elizabeth Jelin existem três premissas a serem consideradas ao atribuir-se sentidos ao passado de crises de alguns países latino-americanos: entender as memórias como processos subjetivos ancorados em

³ Termo pejorativo utilizado em relação aos camponeses indígenas.

⁴ Chama-se atenção, nesse sentido, para o *post*, em resposta à entrevista de Paravicino, de um leitor anônimo que acusa os escritores de haverem estado sempre à margem do conflito. (Ver em <http://literaturayguerra.blogspot.com.br/2010/12/entrevista-enrique-rosas-paravicino.html>. Acesso em 30/03/2014).

experiências e marcas simbólicas e materiais; pensar as memórias como objetos de disputas e conflitos, considerando que os produtores de sentidos estão envolvidos em relações de poder; e historicizar as memórias, reconhecendo que existem mudanças históricas nos sentidos do passado (JELIN, 2012, p.36). isto é, as memórias se constituem como processos subjetivos entremeados com as relações sociais, com as políticas e com a história.

Essa relação complexa fixará os parâmetros de identidade. Se quem recorda, o portador da memória, é o indivíduo, ele o faz dentro de grupos sociais específicos. Contudo, o que se recorda e o que se esquece, está relacionado a vivências pessoais mediadas por laços sociais conscientes ou inconscientes, por crenças, por padrões de comportamento, sentimentos e emoções. Além disso, “la experiencia y la memoria individuales no existen en sí, sino que se manifiestan y se tornan colectivas en el acto de compartir. O sea, la experiencia individual construye comunidad en el acto narrativo compartido, en el narrar y el escuchar.” (JELIN, 2012, p. 37). Assim, naturalmente, em um contexto de instauração de uma nova ordem – seja ditatorial, seja de acomodação da paz – a memória se torna objeto de disputa, em que as relações de poder estabelecidas pela hegemonia estão sempre presentes.

No início do século XXI, percebe-se que distintos governos, em diferentes âmbitos, procuram encarar o passado por meio da promoção de ações relacionadas à justiça e ao reconhecimento da violência política e suas vítimas. Jelin (2012) destaca que, na maioria das vezes, estão implícitas nessas posturas propostas de esquecimentos ou de reconciliação, ao colocarem a ênfase do processo na construção de um futuro democrático, sem levar em consideração o passado. A pesquisadora aponta a utilização de símbolos associados ao tema como outra forma de impor e de se apropriar da memória, utilizada por atores preocupados em manter a estabilidade das instituições democráticas. Essas propostas, segundo Jelin, são repletas de ambiguidade, por implicarem uma seletividade que leva ao silêncio e também por enfatizarem o excesso de registro e de comemoração que esvazia a capacidade de refletir e inferir consequências para o futuro. Segundo Jelin (2012) é preciso elaborar memórias e lembranças no lugar de revivê-las através de um monumento. A memória constrói, tem responsabilidades e pode ser processo de transformação por possibilitar a (re)interpretação e contextualizar os esquecimentos e silêncios de conflitos. Jelin acredita que existe um estado de “deber de memória”: é preciso lembrar para evitar que o ocorrido traumático se repita frente à inegável persistência da violência como uma marca opressora sobre a vida contemporânea.

Nessa linha, frente à realidade de esquecimentos e silêncios, Vich (2009) considera que a cultura e, com isso, o discurso literário, pode ajudar a interpretar o passado de uma sociedade que precisa compreender o que viveu. Assim, pelo simbólico e pelos recursos retóricos e estéticos da literatura, pode-se contar e ativar interpretações variadas e críticas sobre os conflitos violentos vividos no Peru. O passado se presentifica pela narrativa, não pela verdade oficial. A memória, então, não é uma arremate dos eventos, mas uma possibilidade de leitura. Contudo, muitas representações da violência e simbolizações do trauma repetem a herança colonialista oligárquica, reproduzindo um conjunto de discursos conservadores, legitimando esta ou aquela memória (VICH, 2009), o que regulariza e estigmatiza a ideia de violência patológica, desconsiderando sua relação com o domínio social. Por isso, segue como um desafio enfrentar as representações da guerra interna que parecem guiadas pelo desejo de negar determinadas “verdades”, com o imperativo de reconciliação a qualquer preço, inclusive ao preço da verdade.

Infelizmente, Portocarreno (2004) chama a atenção para o pouco êxito em elaborar uma memória feliz, como ele chama, no Peru. Nem a maioria *criolla*, nem a narrativa neoindigenista conseguiram, até o momento, engendrar uma história justa para os que padeceram dos sofrimentos que sobrevieram ao conflito armado e, sobretudo, à fragmentação social em que vive o país. Outra vez, temas agudos da região são tomados como exotismo. Após o boom dos anos de 1960, de novo a narrativa hispano-americana “encanta” pela sua idiossincrasia. Mas a distinção entre marcas de um país ou cultura é mais do que uma “cara”. Mesmo assim, a atual narrativa aponta para o problema nascido dos sujeitos que movem o regional, uma espécie de regionalismo subjetivado que, ao mesmo tempo em que discute seu espaço e história, também rompe com o se estabelece, de fora para dentro, como local.

O problema da homogeneização ou da tentativa em homogeneizar se constrói, segundo considera-se nesta abordagem, em tentar reduzir-se a diversidade cultural e algo a ser aceito, na amplamente divulgada política do correto, do aparente não preconceito a nada. Pressiona-se para uma identificação que exclui o particular. Ora, a pulverização, através do estereótipo, é um fenômeno há muito vivenciado pelos países subdesenvolvidos e, agora, ressaltado pela cultura midiática pós-moderna. Stuart Hall (2001) pensa o homem contemporâneo como alguém que não possui uma identidade fixa ou essencial. Ela é, nas palavras do estudioso, uma celebração móvel, a partir do processo que constrói nas formas pelas quais é representada ou interpelada nos sistemas culturais que a cercam. Para ele, a identidade se define historicamente, não biologicamente. O sujeito assume identidades que não são identificadas ao redor de um

‘eu’ fechado, pois nele manifestam-se identidades contraditórias, que não estabelecem, por isso, direções determinadas. Tais deslocamentos levam a identificações exatamente assim, pluralizadas e conflitantes. Dessa maneira, é a partir dos “sistemas de significação e representação cultural” (HALL, p.13, 2001) que, cada vez mais, diversificam-se os indivíduos, que se deparam com possibilidades identitárias móveis e conflitantes.

O regionalismo, pois, como linguagem literária, propõe, justamente, problematizar o papel do sujeito no mundo e, para isso, ele necessita de um lugar de onde perceber-se. O romance regionalista permite, com isso, que se tenha “un sentimiento de pertenencia a una comunidad propicia a la solidaridad social necesaria para poder resistir a la homogenización cultural que supone la globalización de la economía” (GAGNON, 2005, p. 116). Ademais, evidencia-se, com a nova narrativa a discutir os conflitos internos, aqui entendidos como um modo de perceber, simultaneamente, como indivíduos de um processo subjetivo veiculado pela memória e como atores “en la construcción de la realidad social” (GAGNON, 2005, p. 116).

A possibilidade de chamar-se a estes romances sobre a violência, ressignificados pela memória, de regionalistas, advém da possibilidade de ver-se neles a atualização da diversidade cultural, os múltiplos sentidos dados à tradição, ao debate sobre os espaços dados às vozes periféricas, ao hibridismo estético, situações que remetem, em certa instância, à heterogeneidade como expressão artística e cultural. Assim, à pergunta inicial deste texto, se respostas existem, podem estar na tensão já comentada por Schollhammer.

Lambendo as feridas trazidas pela necessária memória dos acontecimentos, a narrativa contemporânea em questão regionaliza sem ser só um gênero, nem pretende opor-se à abertura global. Ela demonstra que o entre mundos também pode criar realidades e identidades importantes e indispensáveis para os sujeitos. Representar determinada cultura, assim, é estar possibilitado de posicionar-se frente ao global. Fala-se a partir de um lugar, de uma tradição e de uma identidade que se amplia para uma rede de relações no mundo.

À guisa de considerações finais, parece essencial deixar-se claro que não se entende identidade regional como algo estático, em oposição à constante mobilidade do mundo atual. As narrativas sobre os conflitos comprovam isso ao romperem com paradigmas de escritura, ao coadunar testemunhos biográficos e ficcionais, ao romperem com a aparente dicotomia autor/narrador, ao estabelecerem uma narrativa centrada no “eu” que precisa narrar e buscar no “outro” um modo de compreensão para o passado que efetivamente é necessário para a elaboração do presente. Como diz uma

personagem de *Grandes miradas* (2003), de Alonso Cueto, é preciso entender, mais do que perdoar, as atrocidades vividas. Dado que o entendimento é um processo, compreende-se que a aproximação à história, aos costumes e aos espaços do país, ainda que seja um *mea culpa*, é um modo legítimo de conhecer as variadas identidades de um país de grandes contrastes culturais como é o caso do Peru.

Conflictos de memoria: contemporaneidad y regionalismo en la narrativa hispanoamericana

Resumen: Este artículo se constituye en una lectura sobre el regionalismo y su complejidad en la narrativa hispanoamericana contemporánea, especialmente la andina peruana. El contexto literario focalizado está pautado por el debate sobre la violencia y la tentativa de comprender eventos traumáticos y reconstruirlos a través de la memoria y de la subjetividad, contraponiendo la memoria oficial a la individual y a la social, oyendo las voces periféricas y discutiendo el modo cómo ellas son escuchadas y registradas. De ello, nace una intrigante paradoja entre lo local y lo global, entre el nuevo y el antiguo, entre la denuncia y la necesidad de narrar los traumas resultantes del terror. La pregunta que queda es si el hombre y el espacio que se transmutan por el conflicto y por lo contemporáneo producen un efecto que se torna legítimo como marca idiosincrática de una región, en medio a un tiempo que impone la homogeneidad.

Palabras-clave: Regionalismo. Conflicto. Memoria. Narrativa peruana contemporánea.

Referências

AGUIRRE, Alejandro, Alonso. El fuego del sur: un acercamiento a la nueva narrativa cusqueña. *Revista Estudios Sociológicos*. Vol. 14, No. 41, May - Aug., 1996, p. 525-535. México. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/i40019091>. Acesso em 30 de março de 2014.

ALDRICH Jr., Earl M. *Literatura hispanoamericana en imágenes: regionalismo e indigenismo*. Madrid: Muralla, 1980.

CUETO, Alonso. *Grandes miradas*. Lima: Peisa, 2003.

DEGREGORI, Iván C. Heridas abiertas, derechos esquivos: reflexiones sobre la Comisión de la Verdad y Reconciliación. In: BELAY, Raynald, BRACAMONTE, Jorge, DEGREGORI, Iván C., VACHER, J. Jean. *Memorias en conflicto: aspectos de la violencia política contemporánea*. Lima: IEP, 2004. p. 75-86.

GAGNON, Philippe. La novela regionalista latinoamericana frente a la homogeneización cultural. *Revista Tinkuy*. Estudios Hispánicos. Montreal: Université de Montréal, nº 1, 2005, p. 112-117. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3303032.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Lima: IEP, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORAES, Denis de. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. In: _____. (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

PARAVICINO, Enrique Rosas. *El gran señor*. Lima: Ediciones Molino de Viento, 2009.

PORTOCARRENO, Gonzalo. Perú, el país de las memorias heridas: entre el (auto) desprecio y la amargura. In: BELAY, Raynald, BRACAMONTE, Jorge, DEGREGORI, Iván C., VACHER, J. Jean. *Memorias en conflicto: aspectos de la violencia política contemporánea*. Lima: IEP, 2004. p. 35-49.

SCHOLLHAMMER, Karl. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

TICONA, Juan Alberto Osorio. Literatura peruana contemporánea. *Revista de Educación, Cultura y Sociedad*. Lambayeque, n. 5, p. 154-159, oct. 2003.

UBILLUZ, Juan Carlos, HIBBETT, Alexandra, VICH, Víctor. *Contra el sueño de los justos: la literatura peruana ante la violencia política*. Lima: IEP, 2009.

VELITA, Niko. *Entrevista a Enrique Rosas Paravicino*. Viernes, 3 de diciembre de 2010. Disponível em: <<http://literaturayguerra.blogspot.com.br/2010/12/entrevista-enrique-rosas-paravicino.html>>. Acesso em: 20 de março de 2014.